

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Estado de São Paulo

Class.: 20

Data: 01.08.76

Pg.: _____

Índios dão lugar a invasores

Da Sucursal de
BRASÍLIA

Os órgãos encarregados de solucionar o litígio na região de Arupuanã, em Rondônia, onde os índios suruí, do posto Sete de Setembro, e cerca de 6 mil colonos que se instalaram irregularmente na área ameaçam resolver pelas armas a questão da ocupação da terra, chegaram finalmente ontem a uma decisão: a reserva será deslocada três quilômetros para o norte, a fim de que o Incra assente os lavradores no local. A decisão foi anunciada pelo ministro Rangel Reis, do Interior, após uma reunião da qual também participaram o governador do Território, Humberto da Silva Guedes, o presidente da Funai, general Ismarth de Araújo Oliveira, o presidente do Incra, Lourenço Vieira da Silva, representantes do Conselho de Segurança Nacional e técnicos da Sudeco e da Secretaria do Planejamento.

A demarcação da área será iniciada imediatamente, para evitar novas invasões, principalmente pela parte Sul. Com isso, o Incra fará uma rigorosa seleção das famílias que ocuparão os lotes vizinhos aos novos limites da reserva. Segundo informou Rangel Reis, a extensão da reserva anterior foi mantida — 200 mil hectares — considerada por ele suficiente para abrigar os 180 suruí que habitam a região. Esta decisão, disse o ministro, permitiu entregar ao índio uma área satisfatória e evitar a retirada de milhares de famílias que tomaram posse das terras com "absoluta boa-fé" e que estão dispostas a sair da reserva, conforme foi exposto ao Incra, em contatos mantidos anteriormente.

Na opinião de Rangel Reis, esta decisão foi "acertada", porque levou em consideração os dois lados envolvidos, preservando a terra do índio, como determina a lei, e atentando para o desenvolvimento dos projetos de colonização do Incra e algumas concentrações que se criaram na região.

Embora deslocando a reserva, o ministro admitiu que existem centenas de pessoas espalhadas na área indígena que serão retiradas imediatamente, porque as terras do índio não podem ser alienadas. "Vamos enfrentar problemas com estes colonos, — disse Rangel Reis, — uma vez que eles não estão dispostos a abandonar a reserva voluntariamente. Em sua maioria, invadiram a região sob pressão de terceiros, que continuam instigando-os a novos conflitos".

Sobre a possível intervenção do Exército para defender a área em conflito, Rangel Reis esclareceu que, se necessário, a Força Militar será solicitada a auxiliar as operações de demarcação da reserva e da retirada de algumas famílias. Disse, ainda, que, como medida pararela, o governo federal estabelecerá condições previstas na legislação, a fim de conter a migração desenfreada para Rondônia, Território que, no momento, representa uma oportunidade de realização para muitas famílias. Considerando o problema das migrações internas como "complexo" e de "difícil solução", o ministro afirmou que o governo não colocará barreiras nas estradas, mas tomará providências quanto às companhias que fazem o transporte em caminhões (proibido por lei).

O presidente do Incra,

Lourenço Vieira da Silva, garantiu que o órgão não forneceu qualquer tipo de documento a nenhuma das famílias invasoras da área, conforme está sendo acusado. Alguns invasores, explicou ele, preencheram fichas de identificação e por isso receberam um cartão de protocolo, maneira utilizada pelo instituto para depois, por ordem de chegada, designar sua área de assentamento.

Segundo Lourenço Vieira, as denúncias de envolvimento têm surgido porque para o Incra qualquer área que esteja de acordo com o Estatuto da Terra é considerada empresa rural, mesmo as propriedades familiares.